ATA N.º 5/2019

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2019 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS, REALIZADA A 29 DE ABRIL DE 2019

------No dia 29 de abril de 2019, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de abril, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 -** ***Apreciação e votação da proposta de aquisição de imóvel destinado a construção para habitação a custos controlados, situado na Freguesia de São Gonçalo de Lagos;***
- **PONTO 2 -** ***Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2018 do Município de Lagos;***
- **PONTO 3 -** ***Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano;***
- **PONTO 4 -** ***Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagos;***
- **PONTO 5 -** ***Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;***
- **PONTO 6 -** ***Apreciação e votação da proposta de alteração ao Acordo de Execução celebrado entre o Município de Lagos e a Freguesia da Luz, em 19 de março de 2014 e Cooperação Interadministrativa para instalações;***
- **PONTO 7 -** ***Apreciação e votação da proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Lagos na Comunidade Intermunicipal do Algarve - PART - Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos.***

------**ABERTURA DA SESSÃO**: Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 48 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CSD	Artur José Gomes Rêgo
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PAN	Pedro Miguel da Silva Glória

------**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro	Sessão	Manuela José Goes Ferreira da Silva

Praça Gil Eanes – 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 – Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

PAN	Margarida Maurício Correia	Sessão	Vasco Manuel Martins Reis
PAN	Vasco Manuel Martins Reis	Sessão	Pedro Miguel da Silva Glória

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

------**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima - Vereadora

------**ATA DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foi pelo Plenário apreciada a seguinte Ata:
------Ata n.º 1/2019 da 1.ª Reunião da Sessão Extraordinária de janeiro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de janeiro de 2019.----------
-------**DELIBERAÇÃO N.º 45/AM/2019**:
------**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 1/2019 da 1.ª Reunião da Sessão Extraordinária de janeiro de 2019 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 29 de janeiro de 2019.----------
------Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)

------**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:**

------O Munícipe, Sr. Nautílio Lourenço, fez a seguinte intervenção: "Aproveito para agradecer a esta Assembleia, a confirmação de que foi distribuída cópia da minha intervenção a todos os Grupos Municipais que compõem a Assembleia Municipal. Como o vosso ofício de 17/01/2018, resulta da vossa análise a um despacho de arquivamento, no qual a Câmara Municipal informa o Ministério Público de que não existe nenhum documento da Câmara Municipal que legalize a minha casa. Para provar o contrário entrego a esta Assembleia cópia do alvará de utilização n.º 120/99, emitido pela Câmara Municipal de Lagos, para que seja distribuído por todos os Grupos Municipais. Acho estranho e grave que esta Assembleia, não proponha à Câmara Municipal esclarecimentos porque desapareceu o refiro alvará. Esta Assembleia tem conhecimento que a minha casa fazia parte de um bairro de génese ilegal, e que o alvará n.º 120/99 legalizou a minha casa, tal assunto está bem claro na informação jurídica 330, de 20/10/2010 que me foi enviada pela Câmara Municipal. Face à gravidade do vosso ofício de 17/01/2018, peço que todos os Grupos Municipais desta Assembleia se pronunciem sobre o referido ofício, pois tal ofício prejudica-me severamente."----------

------Seguidamente o Munícipe, Sr. Fernando Marreiro, na qualidade de Coordenador da Concelhia de Lagos do Partido Aliança, e de é representante do Partido no Órgão Distrital, referiu-se à exploração de abacates no Concelho de Lagos e questionou a Câmara Municipal sobre o ponto de situação relativamente à questão da ausência de estudo de impacto ambiental, referente à exploração agrícola mencionada. Solicitou ainda informação à Câmara Municipal sobre as questões ambientais relacionadas com uma hipotética violação do Plano Diretor Municipal, mencionada por diversas associações ambientalistas, no âmbito da referida exploração de abacates.----------

------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

------**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

------Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 56/2019 a 150/2019, inclusive.----------

------Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 48/2019 a 158/2019, inclusive.----------

------**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "Comemora-se em 2019 o 45.º aniversário do 25 de Abril. Passados estes 45 anos sobre aquele dia de Abril, saudamos todos aqueles que contribuíram para devolver ao País a esperança e ao povo o poder de construir o seu futuro em Liberdade e democracia. A Revolução de Abril, realização do povo português, constitui um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal, num ato de emancipação social e nacional que permitiu conquistas políticas, sociais, ambientais, económicas e culturais que foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País, com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações. Foi através da luta dos democratas e antifascistas que se alcançaram muitas conquistas, ainda insuficientes, que urge aprofundar e generalizar. Continua a ser fundamental valorizar o trabalho e os trabalhadores, aumentar salários, descongelar carreiras, acabar com o desemprego e precariedade e desbloquear e dinamizar a contratação coletiva. A classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas – «os capitães de Abril» –, unidos na aliança Povo-MFA, foram os protagonistas dos avanços e conquistas democráticas alcançadas, que foram consagrados na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976. Hoje e sempre, comemorar e saudar o 25 de Abril é intensificar a luta pelo desenvolvimento ambiental, social e económico, pelo reforço das funções sociais do Estado, pela defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e das suas famílias, pela defesa, reposição e conquista de direitos e rendimentos, pela valorização e efetivação das conquistas de Abril e pela nossa soberania nacional. Hoje e sempre, comemorar e saudar o 25 de Abril é fazer uma justa homenagem a todos os que lutaram pela liberdade do nosso país, por direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, por trabalho com direitos e por um país melhor, mais justo, mais desenvolvido e mais sustentável. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere: 1. Saudar o 45.º aniversário do 25 de Abril. 2. Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa. 3. Manifestar o seu reconhecimento a todos os homens e mulheres que se opuseram e lutaram contra o regime fascista, que construíram o 25 de Abril e a todos os que continuam a lutar e a defender a concretização dos valores de Abril. 4. Enviar a presente deliberação aos órgãos da comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal."---------

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Saudação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	0	2	1	1	**24**
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	0	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 46/AM/2019**:

------**Aprovada**, por maioria, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

CDU.----------
-------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): "O CDS abstém-se nesta votação por respeito ao 25 de Abril. Caso contrário, não fosse esse respeito, votaria contra. De facto não podemos aceitar que, reconhecendo os méritos do 25 de abril e o que significou para Portugal, reconhecendo o valor e o mérito de todos aqueles que por dentro, ativamente, promoveram a queda do regime de Salazar e a conquista da democracia, não podemos aceitar que o Partido que aproveitando-se desse movimento tentou instituir em Portugal uma Ditadura, na sequência dessa revolução que resultou no PREC (Processo Revolucionário em Curso), em que houve perseguições, nacionalizações, expulsões, uma pré-ditadura que só não se consolidou porque os mesmo Capitães, ou a maior parte desses mesmos Capitães que fizeram o 25 de Abril, revoltaram-se contra o regime que estavam a tentar instituir de Ditadura de esquerda e com o 25 de Novembro vieram repor os valores originais que presidiam ao 25 de Abril. Portanto, o mesmo Partido que esteve por trás dessa tentativa de assalto ao Poder e da instituição de uma Ditadura em Portugal, para substituir outra, não pode ter a veleidade de vir agora proclamar que a Democracia e a Liberdade que hoje beneficiamos, resultou do 25 de Abril, exclusivamente e só não resultou numa Ditadura, porque eles mesmos não conseguiram levar a sua avante. Neste sentido, repito, para terminar a Declaração de Voto, abstemo-nos, precisamente por respeito ao 25 de Abril, caso contrário, votaríamos contra porque não reconhecemos, ao Partido Comunista Português e à CDU autoridade moral para vir aqui defender algo que tentou atacar e aniquilar."----
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "Pelo respeito que temos pelo 25 de Abril, e por aquilo que representou para o povo português, e ainda hoje representa, portanto, esta saudação era mais que justa. Para além disso não recebemos lições de ninguém que nasce do anterior Regime, o Partido que representa aqui o CDS e que nós, PCP, com noventa e oito anos, tivemos mortos, dezenas de camaradas e de militantes que ao longo desses anos lutaram pelo 25 de Abril, pela Democracia, pela Liberdade como ninguém do CDS o fez. O CDS não tem qualquer moralidade para vir abster-se no 25 de Abril a dizer que é por causa do que o PCP fez, porque inclusivamente na Constituição da República Portuguesa, foi o único Partido que nem a constituição da República Portuguesa votou. Por isso, pelo respeito que nos merece o 25 de Abril, achamos que é mais que justa a Saudação aprovada por vinte e quatro votos a favor e uma abstenção, nesta Assembleia Municipal."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "A Constituição da República Portuguesa fez 43 anos. Foi aprovada na sessão plenária da Assembleia Constituinte, no dia 2 de abril de 1976 e entrou em vigor no dia 25 de Abril do mesmo mês, segundo aniversário da Revolução de Abril. A Constituição da República Portuguesa consagrou a Revolução de Abril no seu significado de liberdade, de democracia e de esperança para o povo português e para o País. É uma carta de direitos e um instrumento para a transformação da sociedade, com relevo aos direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente a divisão do Poder, os princípios de

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

igualdade efetiva, participação, intervenção e socialização, na construção de um ideal de sociedade baseada nos princípios do Estado de direito e do Estado social. Foi a base para construção do Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, do Sistema Público de Segurança Social, da Escola Pública e da igualdade de oportunidades para todos, consagrando o direito ao trabalho e os direitos fundamentais dos trabalhadores, nomeadamente a liberdade sindical, o direito de negociação coletiva, o direito de greve e o direito à segurança no trabalho. Respeitar e celebrar a Constituição da República em mais este aniversário significa, acima de tudo, continuar a lutar e a avançar na concretização e afirmação dos nossos direitos e liberdades, para a construção de uma sociedade justos e fraterna, onde todos possam viver e trabalhar com dignidade. Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 29 de abril de 2019, delibere: 1. Saudar todos os que tornaram possível a aprovação da Constituição da República Portuguesa em 1976. 2. Divulgar esta deliberação através da página eletrónica da Assembleia Municipal e do envio aos órgãos de comunicação social."----------

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Saudação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	0	2	1	1	**24**
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	0	0	0	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 47/AM/2019**:

------**Aprovada**, por maioria, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------Declaração de Voto, efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): "Votei a favor mesmo discordando de algumas das coisas que estão lá escritas, nomeadamente por exemplo no preâmbulo, quando diz "abrir caminho para sociedade socialista".--------

------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): "O CDS, mais uma vez, abstém-se por uma série de inexatidões e erros que constam nesta moção. Primeiro – Portugal tem uma Constituição da República, desde 1911. A Constituição da República, que hoje em dia e atualmente, está em vigor, tendo resultado, embora da que foi aprovada em 76, já nada tem a haver com a de 76, nomeadamente, e essa a razão pela qual o CDS votou contra a Constituição de 76, na Constituinte, foi precisamente, porque essa consagrava o caminho irreversível para o socialismo, foi por isso que votamos contra, nós não pretendemos nem defendemos uma sociedade socialista, defendemos uma sociedade democrática e pluralista, um Estado social de direito. Para além disso são falsas, algumas das afirmações que a CDU aqui faz, nomeadamente quando diz que foi da Constituição de 76 que nasceu o Sistema Público de Segurança Social. É mentira, havia um Sistema Público de Segurança Social, anteriormente, era de decisão voluntária, o que se veio a fazer depois, foi a obrigatoriedade de aderir ao Sistema de Segurança Social e de descontar para ele, mas dantes era voluntário. É mentira que tenha resultado da Constituição de 76 a existência da escola pública, porque a escola pública já existia,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

não tinha era uma rede suficiente que permitisse a todos os portugueses acederem à mesma em condições de igualdade, nomeadamente as populações mais desfavorecidas, do interior e de povoações mais isoladas, mas por isso, e o CDS contribuiu para isso, é que sendo a rede de escolas públicas insuficiente, foi o CDS que propôs, com o apoio, na altura, do Partido Socialista e do PSD, que se criassem os contratos de associação, contra os quais a CDU e o PCP, têm vindo a lutar, desde sempre, permitindo que a rede de escolas públicas se associassem às escolas privadas e fornecessem serviço público de ensino onde a rede de escola pública fosse insuficiente. E, portanto, há uma série de falsidades e imprecisões aqui, que não permitem que nós possamos votar favoravelmente esta moção. E mais uma vez só não votamos contra por respeito à atual Constituição, que resulta da luta dos Partidos democráticos e pluralistas portugueses contra a tentativa, na altura e resultante do PREC, do Partido Comunista Português e de outras forças de extrema Esquerda de imporem um Regime socialista aos portugueses."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "No passado dia 15 de março, milhares de jovens portugueses participaram em ações em diversos pontos do país reclamando medidas para os problemas ambientais e para defesa do Planeta. Sendo expressão de uma ação internacional de grande dimensão, e apesar de enquadrar invocações contraditórias, aquela iniciativa revelou a disponibilidade das jovens gerações para a denúncia e a ação relativamente aos graves problemas ambientais com que hoje o mundo se confronta, particularmente a depredação dos recursos naturais à escala global em resultado do modo de produção capitalista. A apropriação dos recursos naturais em geral por grandes grupos económicos e financeiros; a sua mercantilização e exploração colocando o seu valor ecológico e correspondente valor social submetidos ao lucro; a chantagem, agressão e guerra contra povos e países para dominar os seus recursos naturais, incluindo os energéticos, com uma utilização e saque indiscriminados, ameaçam a biodiversidade, a sobrevivência da espécie humana e a própria subsistência do planeta. Os problemas ambientais não encontrarão resposta em soluções que apenas apontam o recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros e especulativos e à taxação de comportamentos individuais, sobrecarregando camadas mais empobrecidas. A ação dos povos e a intervenção dos Estados são decisivas para a defesa do Planeta, da biodiversidade, do meio ambiente, da sustentabilidade da utilização dos recursos naturais para satisfação das necessidades sociais. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 29 de abril de 2019 delibere: Aprovar uma saudação aos jovens que participaram nas ações em defesa do meio ambiente no dia 15 de março, exortando-os a prosseguir a luta contra a mercantilização da natureza, pela exigência de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa do equilíbrio da natureza, pelo reforço de medidas que aumentem a eficiência energética e que desenvolvam alternativas energéticas de domínio público. Propõem ainda que seja dado conhecimento desta moção, à Comunicação Social."----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS, na

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e realçou todas as campanhas feitas em prol do ambiente, nomeadamente as promovidas pelo Município de Lagos.----------Posto isto passou-se à votação da Saudação.----------

----------**DELIBERAÇÃO N.º 48/AM/2019**:

----------**Aprovada**, por unanimidade, a Saudação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

----------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "Mais uma vez a Assembleia Municipal de Lagos manifesta total solidariedade e apoio aos trabalhadores da ex-Alicoop e Alisuper que estão confrontados novamente com um grave problema relativamente aos créditos que foram forçados a contrair junto do Banco Português de Negócios, SA (BPN), no início de 2008, no sentido de "salvar" a empresa sob a ameaça e chantagem de perderem os seus postos de trabalho. São centenas de trabalhadores afetados, em vários casos envolvendo mais do que um elemento do agregado familiar, só no nosso Concelho são atingidos 12 trabalhadores, num processo inqualificável que não dignifica os seus autores e responsáveis. A Alicoop e posteriormente o grupo N&F – Comércio e Distribuição Alimentar, SA (Grupo Nogueira), responsabilizaram-se pelo pagamento dos créditos, garantia que foi consagrada no Plano de Insolvência desta última entidade, que correu no Tribunal Judicial de Silves, e foi homologado em 13 de Março de 2012. Com o "Acordo de cumprimento das prestações aprovadas em sede de Plano de Insolvência", assinado entre a sociedade N&F (Grupo Nogueira) e o Banco BIC, herdeiro do BPN, e com a posterior reclamação dos créditos por parte do Banco junto da sociedade N&F, os trabalhadores consideraram, justamente, a questão encerrada. É uma enorme surpresa e indignidade a atitude do Banco BIC de avançar com processos de execução aos trabalhadores, relativos aos mesmos créditos que estava a reclamar junto da sociedade N&F. Por estas razões, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em sessão ordinária a 29 de abril de 2019, delibere: 1. Solidarizar-se com os trabalhadores da ex-Alicoop, Alisuper na sua justa luta em defesa dos seus direitos; 2. Exigir do Banco de Portugal, Procuradoria Geral da República e Governo que desenvolvam as diligências necessárias para eliminar as ameaças reais do Banco BIC, herdeiro do BPN, sobre centenas de trabalhadores da ex-Alicoop, Alisuper e a instabilidade da sua vida familiar, de modo a repor definitivamente a justiça em todo este processo inqualificável e indigno. 3. Dar conhecimento desta deliberação ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e à comunicação social."----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS não poderia estar mais de acordo com a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Referiu que se trata de uma situação muito melindrosa. Relativamente ao Ponto 2 do que é proposto para a Assembleia Municipal deliberar, sugeriu a alteração do texto pelo que em vez de dizer "Exigir do ...", devia dizer "Recomendar ao ...".----------

------O Sr. Artur Rêgo (CDS), começou por anunciar o voto favorável do Grupo Municipal do CDS, na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Disse que o Ponto 2 não fazia muito sentido.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Alexandre Nunes (CDU) anunciou a aceitação da sugestão de alteração do texto apresentada pelo Grupo Municipal do PS.----------
-----Posto isto passou-se à votação da Moção.----------
-----**DELIBERAÇÃO N.º 49/AM/2019**:
------**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "Mais uma vez a Assembleia Municipal de Lagos manifesta total solidariedade e apoio aos trabalhadores da ex-Alicoop e Alisuper que estão confrontados novamente com um grave problema relativamente aos créditos que foram forçados a contrair junto do Banco Português de Negócios, SA (BPN), no início de 2008, no sentido de "salvar" a empresa sob a ameaça e chantagem de perderem os seus postos de trabalho. São centenas de trabalhadores afetados, em vários casos envolvendo mais do que um elemento do agregado familiar, só no nosso Concelho são atingidos 12 trabalhadores, num processo inqualificável que não dignifica os seus autores e responsáveis. A Alicoop e posteriormente o grupo N&F – Comércio e Distribuição Alimentar, SA (Grupo Nogueira), responsabilizaram-se pelo pagamento dos créditos, garantia que foi consagrada no Plano de Insolvência desta última entidade, que correu no Tribunal Judicial de Silves, e foi homologado em 13 de Março de 2012. Com o "Acordo de cumprimento das prestações aprovadas em sede de Plano de Insolvência", assinado entre a sociedade N&F (Grupo Nogueira) e o Banco BIC, herdeiro do BPN, e com a posterior reclamação dos créditos por parte do Banco junto da sociedade N&F, os trabalhadores consideraram, justamente, a questão encerrada. É uma enorme surpresa e indignidade a atitude do Banco BIC de avançar com processos de execução aos trabalhadores, relativos aos mesmos créditos que estava a reclamar junto da sociedade N&F. Por estas razões, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em sessão ordinária a 29 de abril de 2019, delibere: 1. Solidarizar-se com os trabalhadores da ex-Alicoop, Alisuper na sua justa luta em defesa dos seus direitos; 2. Recomendar ao Banco de Portugal, Procuradoria Geral da República e Governo que desenvolvam as diligências necessárias para eliminar as ameaças reais do Banco BIC, herdeiro do BPN, sobre centenas de trabalhadores da ex-Alicoop, Alisuper e a instabilidade da sua vida familiar, de modo a repor definitivamente a justiça em todo este processo inqualificável e indigno. 3. Dar conhecimento desta deliberação ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul e à comunicação social."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "O estacionamento automóvel é um sério problema em Lagos, que se agrava até uma situação quase incontrolável durante a época balnear. Este problema, que é comum a todas as regiões que sofrem de qualquer tipo de sazonalidade, não se resolve com medidas avulsas ou improvisadas, antes exige um estudo de âmbito muito mais alargado e abrangendo aspetos de carácter urbanístico e social. No entanto e entretanto, podem ser encaradas soluções provisórias que minimizem uma questão que levanta situações desagradáveis e até conflituosas que só ganham em ser evitadas. Ora existem no concelho vários espaços vagos expectantes, sejam públicos ou privados, com os

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

quais podem ser estabelecidos protocolos, passíveis de ocupação provisória para estacionamentos organizados, devidamente preparados, sinalizados e divulgados. É o caso, entre vários outros de menor dimensão, dos terrenos hoje vedados no Porto de Mós, diante do Hotel Vila Galé na Meia Praia, por detrás dos antigos celeiros em S. João, etc. Perante esta situação, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal que: 1. Elabore um levantamento de locais com condições para estacionamento automóvel provisório; 2. Dote os terrenos municipais com condições para esta utilização e proceda à sua sinalização e divulgação; 3. Encete negociações com os proprietários de terrenos nestas condições para a sua utilização provisória. E delibere ainda enviar esta deliberação à comunicação social."----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) informou que o Grupo Municipal LCF se iria abster, relativamente à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, uma vez que consideram que os estacionamentos provisórios têm que se tornar definitivos. Disse que quanto mais se reivindica o provisório, mais efémeras serão as medidas definitivas, pelo que considera que o estacionamento deve ser encarado de forma muito séria e não com caráter provisório, tendo considerado pouca ambição, por parte do Grupo Municipal da CDU, em termos de reivindicação.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU encara o assunto de forma muito séria, pelo que o provisório é mesmo isso, uma vez que existem muitos terrenos expectantes no Concelho que podem resolver problemas pontuais de estacionamento.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que os exemplos dados na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, não eram felizes. Referiu que o centro da cidade está servido de estacionamentos, quer pagos, quer livres. Anunciou o voto contra do Grupo Municipal do PS relativamente à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------O Sr. Pedro Glória (PAN) disse que em relação ao centro da cidade, o que tinha sido dito pelo Sr. Carlos Saúde era verdade, no entanto o Concelho debate-se com graves problemas de estacionamento, fora do Centro da sede do Concelho, como por exemplo a Ponta da Piedade.----------

------A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que a Câmara Municipal está a trabalhar na requalificação da zona que vai desde a Ponta da Piedade, até à praia do Pinhão.-------

------O Sr. Rui Araújo (PSD), uma vez que o assunto "Ponta da Piedade" foi mencionado, perguntou para onde estavam previstos os estacionamentos para a zona.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o projeto para a Ponta da Piedade, referido pela Sra. Clara Rato, ainda estava a ser elaborado, pelo que ainda não era conhecido o mesmo.----------

------Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	1	2	1	1	**5**
ABSTENÇÕES	0	2	3	0	0	0	0	**5**
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	**15**

------**DELIBERAÇÃO N.º 50/AM/2019**:
------**Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------
------Declaração de Voto, efetuada pela Sra. Alexandra Pargana (PSD): "Nós concordamos com mais estacionamento livre, em Lagos, mas é necessário encontrar alternativas permanentes e não provisórias, por isso nos abstivemo-nos."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019, constitui um avanço não apenas na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público, mas também uma medida importante para os trabalhadores e a população em geral pelas repercussões diretas nos seus rendimentos, e ainda como significativo contributo para a redução das alterações climáticas. O preço máximo do passe social - seja qual for a forma concreta deste título de transporte - de 40 euros no âmbito da Comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada Município é um objetivo que se impõe concretizar também no território do Algarve. Deve-se adicionar ainda a gratuitidade de uso para menores de 12 anos, redução em 50% para a população com mais de 65 anos e implementação do passe social intermodal. A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objetivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objetivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida. Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida; Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os Municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere recomendar: 1. Incumbir a Câmara Municipal de Lagos de promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu Município e no da Comunidade Intermunicipal do Algarve, o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público seja respetivamente de 30 e 40 euros; 2. Garantir o uso do Passe em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados do Algarve, de transporte público assegurando ainda a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

redução em 50% para a população com mais de 65 anos; 3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território do Alentejo tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território algarvio; 4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito de cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Algarve, ao aumento da oferta disponível; 5. Exigir da Administração Central, e do Governo em particular, as medidas que visem: a) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; b) garantir que o OE para 2020 consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de Abril), quer por via do reforço real de meios financeiros; c) reforçar a oferta ferroviária, no imediato pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da EMEF a reparação de material circulante, e a médio prazo pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede ferroviária."----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) lembrou que a proposta para a criação de um teto máximo de 40 euros para os passes sociais no Algarve, foi dos autarcas sociais democratas da Região e tinha sido apresentada em sede da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve e aprovada por maioria dos autarcas associados, pelo que estavam de parabéns todos os autarcas algarvios pela implementação desta medida da mais pura justiça. Perguntou se a CP já tinha assinado o acordo com a AMAL.----

------O Sr. Pedro Glória (PAN) disse que também a articulação e os horários dos transportes deviam ser tomadas em consideração neste processo.----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o documento apresentado pelo grupo Municipal da CDU, pecava pelo excesso de financiamento e de atribuições, quer ao Município, quer à AMAL, quer ao Governo. Referiu que o Grupo Municipal do PS tinha para apresentar uma Moção sobre o assunto, a qual resumia as medidas que foram tomadas e que estavam em fase de implementação.----------

------O Sr. Artur Rêgo (CDS) anunciou o voto contra do Grupo Municipal do CDS na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, pelo tom, pelo conteúdo e pela apropriação, sem citar a fonte, nem o autor, de coisas que, afinal, já tinham sido propostas por outros e até já estavam aprovadas. Disse ser evidente que o passe social e a possibilidade de facilitar os transportes a custo controlado às pessoas mais necessitadas é um desiderato que deve estar sempre presente, mas dentro daquilo que são as capacidades e as possibilidades da Autarquia e do Governo. Disse ainda que a questão da ferrovia não deveria estar mencionada na Moção em apreciação.----

------O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que o Grupo Municipal LCF iria votar a favor da Moção apresentada pelo Grupo da CDU, no entanto referiu que o assunto se trata de uma ação social, pelo que deveria recair esta situação nas pessoas que são verdadeiramente necessitadas e não na globalidade. Referiu que a Constituição da República Portuguesa nada prevê relativamente a transportes. Disse que com esta medida, poderá estar-se a retirar verbas que podiam ser canalizadas para a saúde e habitação, fatores, esses sim, referidos na Constituição.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que quando se fala de uma coisa que não se lê, é complicado, pelo que se torna difícil explicar. Referiu que os passos todos foram já dados pelo Governo, pelo que não é uma aprovação da AMAL que tem valor para este processo, no entanto tanto a AMAL como a Assembleia Municipal de Lagos, têm todo o direito a apresentar documentos sobre o tema.----------
------O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que o que causava urticária ao Partido Comunista e à CDU era que aquilo que defendem como sendo suas conquistas, são coisas que já existem, porque os Partidos democráticos (CDS, PS e PSD) já aprovaram há muito tempo. Referiu que alguns considerandos da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, interferem na gestão de uma empresa privada e exigem, em vez de recomendar.----------
------O Sr. Alexandre Nunes (CDU) começou por dizer que agradecia que lessem o documento, para não fazerem interpretações erradas sobre o mesmo. Disse que esta situação tem a haver com o estímulo à utilização dos transportes públicos e isso consta na documentação.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	2	1	1	**7**
ABSTENÇÕES	0	2	0	1	0	0	0	**3**
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	**15**

------**DELIBERAÇÃO N.º 51/AM/2019**:
------**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------
------Declaração de Voto, efetuado pelo Sr. Rui Araújo (PSD): "Nós abstivemo-nos porque concordamos com a medida aprovada na AMAL, mas no entanto consideramos que o documento é pouco preciso, nomeadamente em relação àquilo que se passou para a aprovação desta medida."----------
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos): "Votamos contra porque muito daquilo que foi dito já foi aprovado pela AMAL, já vai entrar em vigor a partir de maio. Sobre o que foi também pedido à tutela, também já sabemos que há um financiamento para novas carruagens portanto o Governo está a tratar disso também; também está a tratar da eletrificação da linha ferroviária, portanto são coisas que já estão a ser tratadas e por isso votamos contra."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: "O povo português tem a lamentar que foram milhares as vítimas mortais e as profundas marcas físicas e psicológicas deixadas em milhares de cidadãos portugueses e das ex-colónias que cumpriam o serviço militar obrigatório português e que combatiam pela independência dos seus países nas frentes de batalha de Angola, Guiné e Moçambique. A «Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961/1974» regista, que nos 13 anos da guerra colonial as tropas portuguesas sofreram 3.250 mortos em Angola, 2.962 em

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Moçambique e 2.070 na Guiné, num total de 8.290, entre os quais estão identificados 13 lacobrigenses. Regista-se ainda um enorme número de ex-combatentes sofrendo de vários graus de deficiências físicas e de stress de guerra, assim como o sofrimento das suas famílias. É de toda a justiça deixar sinalizado para memória futura este sacrifício de tantos milhares de jovens na guerra colonial e promover uma reparação, que será sempre pequena para a dimensão do drama deste período, erigindo em Lagos um Memorial. Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de Abril de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos: 1. Que desenvolva os procedimentos necessários para que seja erigido em Lagos um Memorial das guerras coloniais, onde constem os nomes dos lacobrigenses que nela morreram; 2. Que para a escolha da localização do Memorial seja solicitada a colaboração da Liga dos Antigos Combatentes e da Associação dos Deficientes das Forças Armadas; 3. que o projeto do Memorial seja obtido por concurso público nacional, solicitando a colaboração da Associação dos Críticos de Artes para a preparação do concurso e participar como membro do Júri de apreciação das propostas; E que delibere ainda dar conhecimento aos órgãos de comunicação social desta deliberação."----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS iria votar a favor da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, não só pelo conteúdo do documento, mas pelo trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver com a Liga dos Combatentes e com Deficientes das Forças Armadas, sobre o assunto.----------

------Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	1	2	1	0	**24**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	**1**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 52/AM/2019**:

------**Aprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

------Declaração de Voto, efetuado pelo Sr. Pedro Glória (PAN): "Temos todo o respeito pelo documento que está aqui a ser votado, mas a nossa bancada abstém-se em relação a esta votação."----------

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "No dia 1 de maio de 1886, cerca de meio milhão de trabalhadores da cidade norte-americana de Chicago vieram manifestar-se e exigir melhores condições de trabalho, das quais, a redução do horário de trabalho de treze para oito horas. Os conflitos decorreram durante vários dias, com a ocorrência de feridos e mortos. Em consequência das reivindicações e em memória daqueles que tombaram, o Congresso Operário Internacional (Segunda Internacional Socialista), reunido em Paris a 20 de junho de 1889, criou o Dia Internacional dos Trabalhadores, que seria comemorado em 1º de maio de cada ano.

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

Em 1890, os trabalhadores norte-americanos conseguiram a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. A partir deste marco, não mais se deixou de invocar o exemplo do 1.º de Maio para se alcançar melhorias no mundo do trabalho, mas não se ficou só por aí. Este exemplo impeliu a que outras reivindicações, ao longo do percurso da histórica, se focassem na resolução dos problemas tais como, mais justiça social, mais justiça distributiva, mais igualdade de oportunidades, mais humanismo, mais fraternidade, mais e melhor democracia, mais atenção e apoio aos que sofrem ou estão oprimidos, mais respeito pelo ambiente, desenvolvimento sustentado, mais e melhor saúde, mais e melhor educação, mais e melhor acesso aos bens culturais, mais solidariedade internacional. O impacto do 1.º de Maio, data coincidente com as antiquíssimas festividades da primavera dos povos mediterrânicos, em que o povo algarvio ia conviver para o campo, feriado no concelho de Lagos desde tempos imemoriais, foi também influenciado pelos ventos do Dia do Trabalhador, de tal forma que o estado novo fez substituir essas festas por datas alternativas nos concelhos afetados, temendo que as lutas e reivindicações populares tivessem ocasião para se manifestar. Finalmente, no dia 1.º de Maio de 1974, se festejou o Dia do Trabalhador em Liberdade e se consagrou essa data como feriado nacional. Neste sentido, os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere: Saudar todos os povos democráticos do mundo, que, ainda nesta data, necessitam de reivindicar, exigir e lutar, pela melhoria do seu presente e pelo direito ao seu futuro. Enviar a presente deliberação aos órgãos da comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal."----------
------O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que o documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS parece vocacionado para os trabalhadores do Mundo e não refere o "trabalhador português", pelo que sugeriu que fosse colocado, algures no texto, uma referência aos trabalhadores portugueses.----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o objetivo da Saudação é saudar todos os povos democratas do Mundo, nos quais se incluiu o português, dado que esta data é internacional, pelo que aceitava a sugestão do Grupo Municipal da CDU.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) perguntou porque é que o Grupo Municipal do PS, no documento apresentado refere "todos os povos democráticos do mundo" e não "todos os povos do mundo", ou seja, a redação deveria ser: "Saudar todos os trabalhadores do mundo, ...".----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a ideia é saudar os povos democratas do Mundo, uma vez que há aqueles que não o são.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o 1.º de Maio é o dia do Trabalhador, e em todos os países do Mundo existem trabalhadores.----------
------O Sr. Artur Rêgo (CDS) solicitou esclarecimento ao Grupo Municipal do PS, relativamente à distinção que o Grupo faz entre povos democráticos e povos não democráticos e se não quererá dizer regimes democráticos e regimes não democráticos. Perguntou se o Grupo Municipal do PS não considerava dirigir a Saudação a todos os trabalhadores do Mundo.----------
------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS aceitava a sugestão

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

de alteração do texto, sugerida pelo Grupo Municipal do BE.----------
------A Sra. Manuela Goes (BE) disse concordar com a intervenção do Sr. Artur Rêgo.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Saudação.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 53/AM/2019**:
------**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Saudação apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "No dia 1 de maio de 1886, cerca de meio milhão de trabalhadores da cidade norte-americana de Chicago vieram manifestar-se e exigir melhores condições de trabalho, das quais, a redução do horário de trabalho de treze para oito horas. Os conflitos decorreram durante vários dias, com a ocorrência de feridos e mortos. Em consequência das reivindicações e em memória daqueles que tombaram, o Congresso Operário Internacional (Segunda Internacional Socialista), reunido em Paris a 20 de junho de 1889, criou o Dia Internacional dos Trabalhadores, que seria comemorado em 1º de maio de cada ano. Em 1890, os trabalhadores norte-americanos conseguiram a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. A partir deste marco, não mais se deixou de invocar o exemplo do 1.º de Maio para se alcançar melhorias no mundo do trabalho, mas não se ficou só por aí. Este exemplo impeliu a que outras reivindicações, ao longo do percurso da histórica, se focassem na resolução dos problemas que tais como, mais justiça social, mais justiça distributiva, mais igualdade de oportunidades, mais humanismo, mais fraternidade, mais e melhor democracia, mais atenção e apoio aos que sofrem ou estão oprimidos, mais respeito pelo ambiente, desenvolvimento sustentado, mais e melhor saúde, mais e melhor educação, mais e melhor acesso aos bens culturais, mais solidariedade internacional. O impacto do 1.º de Maio, data coincidente com as antiquíssimas festividades da primavera dos povos mediterrânicos, em que o povo algarvio ia conviver para o campo, feriado no concelho de Lagos desde tempos imemoriais, foi também influenciado pelos ventos do Dia do Trabalhador, de tal forma que o estado novo fez substituir essas festas por datas alternativas nos concelhos afetados, temendo que as lutas e reivindicações populares tivessem ocasião para se manifestar. Finalmente, no dia 1.º de Maio de 1974, se festejou o Dia do Trabalhador em Liberdade e se consagrou essa data como feriado nacional. Neste sentido, os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere: Saudar todos os trabalhadores do mundo, que, ainda nesta data, necessitam de reivindicar, exigir e lutar, pela melhoria do seu presente e pelo direito ao seu futuro. Enviar a presente deliberação aos órgãos da comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal."---------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Saudação, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "PS Algarve aplaude a redução do custo dos transportes públicos no Algarve. Aproveitando as condições financeiras disponibilizadas pelo Governo a AMAL, a CP e a Eva Transportes chegaram a acordo para reduzir também no Algarve o custo dos passes dos transportes em 50% fixando ainda como custo máximo, a exemplo do que já sucede em Lisboa e Porto, o valor de 40 euros. O PS Algarve saúda as câmaras da Algarve por esta medida de grande impacto para a vida dos algarvios só possível graças aos incentivos criados

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

pelo Governo liderado por António Costa e que se recorde tiveram a oposição e o voto contra do PSD e do CDS-PP em sede de Orçamento de Estado. A redução do custo dos transportes públicos para além de incentivar a utilização do transporte coletivo traz ainda poupanças significativas para as famílias. Um algarvio que pagava até agora 50 euros por mês para efetuar a viagem de autocarro entre Olhão - Faro vai passar em maio a pagar pelo passe 25 euros. Uma poupança de 300 euros anuais. Já na ferrovia o passe para a viagem Vila Real Santo António - Faro que antes tinha um custo mensal de 126 euros passará a custar 40 euros. Uma poupança no final ao final de um ano superior a mil euros. A viagem entre Lagos-Portimão que atualmente custa 49 euros passará em maio a custar 24,50 euros. Uma poupança anual de 294 euros. A mobilidade é uma das componentes mais importantes para a competitividade do Algarve e é central para o sucesso das nossas empresas, para a qualidade de vida dos algarvios e do Algarve. Neste sentido, os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere: Saudar e aplaudir a decisão da AMAL mostrando saber aproveitar da melhor forma os recursos financeiros que o Governo do Partido Socialista colocou à disposição de todos os municípios portugueses no sentido de incentivar a utilização do transporte público em todo o país. Enviar a presente deliberação aos órgãos da comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal."----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que repudiava o comunicado que o PS Algarve tinha feito relativamente ao assunto da Saudação apresentada pelo Grupo Municipal do PS. Referiu que a distrital do PS tenta acolher para si o facto que se deveu, exclusivamente a si, o acordo na AMAL sobre o assunto, sendo que tal distorce o que na realidade se passou, uma vez que a proposta aprovada, e bem, na AMAL, tinha sido apresentada pelos autarcas do PSD.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que esta situação, em sede de alteração do Orçamento de Estado, tinha sido votada contra pelo PSD e pelo CDS, pelo que é normal que os autarcas do PSD pugnem mais pelo Algarve do que os Deputados algarvios do PSD, que estão na Assembleia da República.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que se o documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS fala do que se passou na Assembleia da República, devia também falar sobre o que se tinha passado na AMAL.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) esclareceu que tal não foi referido uma vez que o documento na AMAL tinha sido aprovado por unanimidade, por isso deixa de ser uma proposta de um Partido e passa a ser de todos.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que um documento para ser do Órgão não precisa de recolher unanimidade, basta ser aprovado pelo Órgão. Referiu que a ideia inicial deste passe era só para as Grandes Áreas de Lisboa e do Porto e ainda bem que a CDU conseguiu que fosse alargado ao resto do território e ainda bem que os autarcas do PSD fizeram a proposta e ainda bem que os do PS concordaram.---------

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Lagos) acrescentou que ainda bem que o Governo PS tinha conseguido verba para aprovar e implementar esta ação.----------
------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que quando se fala nas meias verdades é o que está a ser dito que as mesmas se referem.----------
------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a redução do tarifário dos transportes, tinha sido uma grande medida a nível nacional, em termos ambientais e em termos de apoio e incentivo para que as pessoas usem mais o transporte público. Referiu que a AMAL foi a responsável pelos estudos para implementação da medida e tem havido consenso, no seio da AMAL por parte de todos os autarcas, no desenvolvimento da medida em causa. Informou que apesar AMAL decidir reduzir os passes em 50%, não haverá passes de valor superior a 40 euros mensais, sendo que todos os Partidos, na AMAL, contribuíram para este desfecho.----------
------A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) realçou a medida, mas salientou a necessidade das empresas de transporte ajustarem a oferta, com revisão de horários e renovação da frota, promovendo assim uma maior procura no sentido da utilização do transporte público.----------
------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que se o Grupo Municipal do PS estivesse na disposição de alterar algumas situações no texto da Saudação, o Grupo Municipal do PSD votaria a favor do mesmo, caso contrário, não o faria.----------
-------O Sr. José Manuel Freire (CDU) chamou à atenção para o facto do PS Algarve não estar eleito no Órgão Assembleia Municipal de Lagos, pelo que sugeriu a alteração na expressão "PS Algarve", para "PS Lagos", no documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS.----------
------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse aceitar a sugestão do Grupo Municipal da CDU, mantendo todo o conteúdo do documento.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Saudação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	0	2	1	1	**22**
ABSTENÇÕES	0	2	0	1	0	0	0	**3**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 54/AM/2019**:
------**Aprovada**, por maioria, a seguinte Saudação apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "PS Lagos aplaude a redução do custo dos transportes públicos no Algarve. Aproveitando as condições financeiras disponibilizadas pelo Governo a AMAL, a CP e a Eva Transportes chegaram a acordo para reduzir também no Algarve o custo dos passes dos transportes em 50% fixando ainda como custo máximo, a exemplo do que já sucede em Lisboa e Porto, o valor de 40 euros. O PS Lagos saúda as câmaras da Algarve por esta medida de grande impacto para a vida dos algarvios só possível graças aos incentivos criados pelo Governo liderado por António Costa e que se recorde tiveram a oposição e o voto contra do PSD e do

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

CDS-PP em sede de Orçamento de Estado. A redução do custo dos transportes públicos para além de incentivar a utilização do transporte coletivo traz ainda poupanças significativas para as famílias. Um algarvio que pagava até agora 50 euros por mês para efetuar a viagem de autocarro entre Olhão - Faro vai passar em maio a pagar pelo passe 25 euros. Uma poupança de 300 euros anuais. Já na ferrovia o passe para a viagem Vila Real Santo António - Faro que antes tinha um custo mensal de 126 euros passará a custar 40 euros. Uma poupança no final ao final de um ano superior a mil euros. A viagem entre Lagos-Portimão que atualmente custa 49 euros passará em maio a custar 24,50 euros. Uma poupança anual de 294 euros. A mobilidade é uma das componentes mais importantes para a competitividade do Algarve e é central para o sucesso das nossas empresas, para a qualidade de vida dos algarvios e do Algarve. Neste sentido, os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere: Saudar e aplaudir a decisão da AMAL mostrando saber aproveitar da melhor forma os recursos financeiros que o Governo do Partido Socialista colocou à disposição de todos os municípios portugueses no sentido de incentivar a utilização do transporte público em todo o país. Enviar a presente deliberação aos órgãos da comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal."----------
------Declaração de Voto, efetuado pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): "O CDS abstém-se nesta moção porque basicamente, da forma como está redigida e apresentada, é uma moção meramente elogiativa, é um elogio gratuito a si próprio. Mais cordial seria, por exemplo, ao PS Lagos e as críticas que aqui já foram feitas de se falar em PS Algarve em vez de se falar em PS Lagos, de se falar em Governo do Partido Socialista em vez de se falar só em Governo, e mais cordial seria que, por exemplo, o PS Lagos, aqui, mais do que na AMAL fizesse uma saudação por exemplo, ao Executivo da Câmara Municipal de Lagos pela posição e pela participação que teve nesta decisão. Estamos na Assembleia Municipal de Lagos, seria muito mais cordial fazer uma moção dessas do que fazer isto que parece que estão a estalar foguetes e pronto, batam lá palmas aos foguetes."----------
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): "Nós abstivemo-nos pelos mesmos motivos que nos abstivemo-nos na Moção anterior e porque consideramos que este texto é demagógico e um aproveitamento político que não se compactua com a maneira como nós vemos que deve ser defendido o Concelho e o Algarve."----------
------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "Nós votamos a favor da parte deliberativa, discordando dos considerando apresentados."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "Desde 2015, data em que o Governo de então redefiniu o objeto da subconcessão Algarve Litoral, que levou ao adiamento de obras previstas e à supressão de outras obras, que os municípios e as forças vivas e políticas algarvias reclamaram da decisão. Afinal, quando se preparavam soluções para resolver os problemas de mobilidade, os pontos de estrangulamentos de tráfego e a elevada sinistralidade rodoviária, tudo parou e se atrasou. Verifica-se que

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

o atual governo retomou parcialmente as obras ainda que com uma lentidão exasperante. Nesta data decorrem obras de requalificação da E.N. 125 no sotavento algarvio. Contudo, algumas situações ficaram por resolver e urge pugnar pela sua resolução. Ficou esquecida a variante de Odiáxere no concelho de Lagos. Esta vila do município de Lagos, é um polo de atração de habitantes, é um local de acesso privilegiado ao interior do concelho e à Meia-Praia. A E.N. 125 fica mesmo ao lado da escola, da sede da Junta de Freguesia e da maior praça cívica da vila de Odiáxere. Esta situação gera conflitos de tráfego, acidentes, filas de trânsito bloqueadoras da fluidez de trânsito entre esta localidade e a cidade de Lagos. A alternativa natural, a A22 não se constitui como alternativa para os utentes regulares devido aos elevados preços praticados. Na época alta turística os concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo estão sujeitos a um bloqueio. Esta situação é fortemente penalizadora da economia, da qualidade de vida, do turismo, da mobilidade, indutora de poluição e prejudicial à competitividade e imagem do Algarve e do país. Desde há muito tempo e recorrentemente, a Assembleia Municipal de Lagos vem exigindo a requalificação da E.N. 125 e a abolição de portagens na A22 (Via do Infante). Enquanto não houver alternativa credível, enquanto a requalificação da estrada que serve longitudinalmente o Algarve não estiver totalmente requalificada, para satisfazer a procura atual e futura, não se justifica haver portagens caras ou, nalguns troços, haver portagens algumas. Neste sentido, os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere: Reivindicar ao Governo a construção urgente, no município de Lagos, da Variante de Odiáxere à Estrada Nacional 125, conforme anteriormente prevista, e proceda à revisão da sinalética de acesso às rotundas este e oeste de Odiáxere, bem como a suspensão das portagens na A22 (Via do Infante) a oeste do nó de Portimão. Enviar a presente deliberação aos órgãos da comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal."----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou qual a posição da Junta de Freguesia de Odiáxere sobre o assunto e se já tinham sido avaliados os impactos económicos para a Vila de Odiáxere.----------

------O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que a variante de Odiáxere é muito importante e terá um grande impacto tanto a nível de trânsito como a nível económico-social, para Odiáxere. Considerou uma aberração o que foi feito na EN 125 com a requalificação, sofrendo Odiáxere com tal situação. Solicitou uma retificação ao documento, uma vez que as rotundas este e oeste de Odiáxere mencionadas na Moção, não existem Sobre a suspensão das portagens, conforme consta no documento, trata-se de uma situação justíssima, até que tudo o pretendido seja concretizado.----------

------O Sr. Alexandre Nunes (CDU), em relação às portagens, disse que o termo a usar no documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS, deveria ser eliminação e não suspensão.----------

------O Sr. Paulo Toste (PS) informou que o Grupo Municipal do PS mantinha a expressão "suspensão".----------

------O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

referiu que o texto seria alterado, na parte anteriormente mencionada por si, pelo que passaria a ser feita referência à construção e não à sinalética das rotundas.--------
------O Sr. Paulo Toste (PS) confirmou o mencionado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere.----------
------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD apoiava a posição do Sr. Presidente da Junta de Odiáxere, relativamente à situação em causa.--
------Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	1	0	1	1	**23**
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	0	0	**2**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 55/AM/2019**:
------**Aprovada**, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "Desde 2015, data em que o Governo de então redefiniu o objeto da subconcessão Algarve Litoral, que levou ao adiamento de obras previstas e à supressão de outras obras, que os municípios e as forças vivas e políticas algarvias reclamaram da decisão. Afinal, quando se preparavam soluções para resolver os problemas de mobilidade, os pontos de estrangulamentos de tráfego e a elevada sinistralidade rodoviária, tudo parou e se atrasou. Verifica-se que o atual governo retomou parcialmente as obras ainda que com uma lentidão exasperante. Nesta data decorrem obras de requalificação da E.N. 125 no sotavento algarvio. Contudo, algumas situações ficaram por resolver e urge pugnar pela sua resolução. Ficou esquecida a variante de Odiáxere no concelho de Lagos. Esta vila do município de Lagos, é um polo de atração de habitantes, é um local de acesso privilegiado ao interior do concelho e à Meia-Praia. A E.N. 125 fica mesmo ao lado da escola, da sede da Junta de Freguesia e da maior praça cívica da vila de Odiáxere. Esta situação gera conflitos de tráfego, acidentes, filas de trânsito bloqueadoras da fluidez de trânsito entre esta localidade e a cidade de Lagos. A alternativa natural, a A22 não se constitui como alternativa para os utentes regulares devido aos elevados preços praticados. Na época alta turística os concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo estão sujeitos a um bloqueio. Esta situação é fortemente penalizadora da economia, da qualidade de vida, do turismo, da mobilidade, indutora de poluição e prejudicial à competitividade e imagem do Algarve e do país. Desde há muito tempo e recorrentemente, a Assembleia Municipal de Lagos vem exigindo a requalificação da E.N. 125 e a abolição de portagens na A22 (Via do Infante). Enquanto não houver alternativa credível, enquanto a requalificação da estrada que serve longitudinalmente o Algarve não estiver totalmente requalificada, para satisfazer a procura atual e futura, não se justifica haver portagens caras ou, nalguns troços, haver portagens algumas. Neste sentido, os eleitos do PS propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 29 de abril de 2019, delibere: Reivindicar ao Governo a construção urgente, no município de Lagos, da Variante de Odiáxere à Estrada Nacional 125, conforme anteriormente prevista, e proceda à construção das

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

rotundas este e oeste de Odiáxere, bem como a suspensão das portagens na A22 (Via do Infante) a oeste do nó de Portimão. Enviar a presente deliberação aos órgãos da comunicação social e colocar na página eletrónica da Assembleia Municipal."----------

-------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "A nossa abstenção, deve-se ao seguinte: em 2017, em fevereiro, a Assembleia Municipal no Odiáxere aprovou uma proposta idêntica a esta e portanto ficou mais que provado que passados dois anos, mais que dois anos, afinal sempre serve fazer propostas sobre estes temas que competem ao Governo e portanto, nada foi feito neste sentido e continuamos nisto, mas atentamos também que não poderíamos votar a favor da suspensão das portagens, quando ao longo de todos os anos temos votado contra as portagens na Via do Infante e mais que razão havia naquele troço que estamos a falar e portanto não somos favor da suspensão, mas sim da eliminação.---

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: "Desde há vários anos que os órgãos autárquicos do município de Lagos, designadamente, através de moções unanimemente aprovadas na sua Assembleia Municipal, tem vindo a exigir a melhoria da qualidade do serviço ferroviário na Linha do Algarve, reclamando a modernização da via férrea, a retificação do traçado, a eletrificação dos troços ainda não eletrificados, a modernização e conforto do material circulante e a maior abrangência de horários, entre outras reivindicações. É atualmente reconhecida a importância e eficiência do caminho de ferro no transporte de grandes cargas e volumes, no transporte de grandes quantidades de pessoas, na segurança, velocidade, comodidade, reduzida pegada ecológica, e também no papel na integração e conexão dos vários países e regiões. A Europa aposta na modernização do transporte ferroviário. Segundo dados da Infraestruturas de Portugal, S. A., em 2016, na Linha do Algarve foram transportados mais de 1.700.000 passageiros regionais e 780.000 passageiros de comboios de longo curso com origem ou destino na região. O Governo apresentou em 2016 o Programa Ferrovia 2020, que contempla cerca de 680 quilómetros de intervenção, e que tem como objetivos, aumentar a competitividade do transporte ferroviário, melhorar as ligações internacionais e promover a interoperabilidade ferroviária. Este programa contempla a intervenção em corredores complementares, nos quais se inclui a Linha do Algarve. O Programa Ferrovia 2020, expressamente, prevê as seguintes intervenções na Linha do Algarve: - A eletrificação e trabalhos complementares que garantam as condições para eletrificação nos troços entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos de modo a permitir a utilização de tração elétrica pelos serviços regionais entre Lagos e Vila Real de Santo António; - A ampliação da subestação de tração elétrica de Tunes e Construção de nova subestação de tração elétrica em Olhão bem como o ramal de alimentação elétrica desta última; - A instalação da alimentação de socorro aos sistemas de sinalização e telecomunicações existentes; - Trabalhos associados aos sistemas de telecomunicações ferroviárias (Suportes Físicos de Transmissão, Sistemas de Alimentação, Rede de Suporte à Exploração, Supervisão Técnica de Infraestruturas, Rede Telefónica de Exploração

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

Fixa, Sistema de Informação ao Público, Videomonitorização, Sistemas de Controlo de Acessos e Telecomando de Energia e construção de infraestruturas de caminhos de cabos para os sistemas de telecomunicações e RCT+TP). O comboio continua a ter cada vez mais procura por parte de empresas carregadoras, estudantes, cidadãos e turistas e há recentes incentivos ao uso de transportes públicos. Há muito que se exige a melhoria em quantidade e qualidade da oferta e o alargamento dos horários na região algarvia, de forma a que esta sirva cabalmente a procura regional e a dinâmica turística. O Algarve é, atualmente, fruto do crescimento populacional constante, do aumento do seu PIB, da sua economia, especialmente do turismo, uma área metropolitana, tendendo a sua rede de transportes para as óticas urbana e suburbana. É urgente acabar com a atual situação de degradação do serviço ferroviário no Algarve, que se constitui como fontes de prejuízo para a economia e o turismo, poluição desnecessária, desconforto, desmoralização para os utentes e uma vergonha para Portugal. Uma vez que, nem tudo pode ser mau, há que dar realce e louvar a atitude dos municípios algarvios e da Comunidade Intermunicipal do Algarve pela adesão ao Programa de Apoio à Redução Tarifária, por forma a estimular o uso dos transportes públicos na região. A este estímulo para a procura, a oferta terá de ter a dinâmica correspondente. O comboio chegou a Faro a 31 de julho de 1889, o ramal de Tunes a Ferragudo abriu a 15 de fevereiro de 1903 e, finalmente, chegou a Lagos a 30 de julho de 1922. O comboio fará este ano de 2019, a vetusta idade de 130 anos no Algarve e, cada vez mais, deixou de ser uma recordação do passado para ser uma exigência do futuro. Por conseguinte, a Assembleia Municipal de Lagos, na sua sessão ordinária de abril de 2019 (1.ª reunião de 29 de abril): a) vem apelar ao Governo e à Infraestruturas de Portugal, S. A. que ponha em obra, com a maior brevidade, os investimentos previstos pelo Programa Ferrovia 2020 para a Linha do Algarve, que ponha em execução a renovação do material circulante na linha do Algarve, aumente a oferta para passageiros e alargue os horários; b) exortar o Governo a ser ousado e que planeie, para o futuro, a ferrovia algarvia numa ótica de comboios urbanos e suburbanos e, em função de estudos de mercado, sem esquecer a oferta noturna, aproveite para renovar o traçado da via em função dos aglomerados urbanos atuais e futuros, prevendo, se necessário, a sua duplicação, que contemple a ligação ao Aeroporto Internacional de Faro e a conexão ferroviária à Andaluzia. Transmita-se a presente moção a: - Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), Assembleias Municipais do Algarve, Presidência do Conselho de Ministros, Grupos Parlamentares na Assembleia da República, Ministério das Infraestruturas e Habitação, Infraestruturas de Portugal, S. A., Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) e órgãos de comunicação social."----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD concordava com a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, tendo acrescentado que o PSD há já muitos anos que defende a ligação ao aeroporto, bem como a eletrificação da linha, pelo que é da opinião de que se tem que continuar a fazer pressão sobre o Governo para que a situação seja resolvida.----------

------Posto isto, passou-se à votação da Moção.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------**DELIBERAÇÃO N.º 56/AM/2019**:
------**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------
------Declaração de Voto, efetuado pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): "O CDS votou, como não poderia deixar de o fazer, favoravelmente esta Moção, que corresponde, em 90 % a tudo aquilo que o CDS tem vindo a defender desde, pelo menos, 2009 e que eu pessoalmente, como Deputado eleito pelo Algarve defendi na Assembleia da República constantemente. Agora gostaria de chamar à atenção que fazemos este voto favorável, não obstante a ironia de na sua Moção o próprio Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista vir admitir aquilo que nós andamos a dizer, e que dissemos desde que este Governo tomou posse em reação ao Ministro dos Transportes, Dr. Pedro Marques, que em 2016 anunciou o Programa Ferrovias 2020 com todas estas medidas que estão aqui, é exatamente verdade, e em 2019 não concretizou nenhuma delas, nem uma, não saiu do papel, foi mais um anúncio de feira, que foi sempre aquilo que nós dissemos."----------
------Declaração de Voto, efetuado pelo Sr. Alexandre Nunes (CDU): "Para provar que também não estamos sempre tão distantes como isso, a nossa declaração de voto é muito próxima à do CDS, mais precisamente. É que o que nós temos aqui num ano eleitoral, temos outras vez como se isto fosse uma medida que vai ser concretizada imediatamente, em 2016 era, e esse é o risco, ou seja, nós votamos a favor, naturalmente, porque é um anseio legítimo, agora peca por tardia e continuamos com dúvidas se será desta."----------
------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal PAN: "De acordo com a 'Global Forest Watch', em comunicado do 'World Resourses Institute', só em 2017 (o pior ano até agora registado) perdemos em árvores, o equivalente a 40 campos de futebol por minuto, ou seja, um total de 15,8 milhões de hectares de árvores. Aprendemos todos em tenra idade, que as árvores são responsáveis pelo oxigénio que respiramos e pela captura do dióxido de carbono que emitimos, constantemente. Parece que alguns de nós vieram a esquecer esta simples lição com muita facilidade. Na nossa cidade temos perdido importantes núcleos arbóreos, como são exemplo a extinta zona verde da Praça Infante D. Henrique; o núcleo de eucaliptos centenários na Torraltinha, junto ao Motel Âncora e Estrada do Porto de Mós; o núcleo de pinheiral na Ameijeira, junto à Rua José Afonso e recentemente uma grande extensão de árvores na Rua Filarmónica 1º de Maio. Segundo declarações da nossa Presidente de Câmara, foram abatidas nesta última operação 49 árvores, e serão repostas futuramente 51 árvores. Isso dá-nos um insignificante saldo positivo de 2 árvores, e um significante saldo negativo de 30 anos de oxigénio, correspondente à idade das árvores agora abatidas. A sustentar este último abate de árvores no nosso concelho, esteve o parecer de 2015, de um ex-técnico camarário agora reformado. O que significa que o parecer de uma única pessoa, baseado numa opinião pessoal e sem qualquer tipo de avaliação de impacto ambiental, tem a capacidade de, pelo menos no nosso concelho, mandar abater indiscriminadamente um número considerável de árvores. Face ao exposto, cabe-nos solicitar a esta assembleia que,

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

em plena consciência daquele que tem sido o contributo negativo do nosso concelho para a triste estatística da perda de árvores no nosso Planeta, e tomando em consideração aquilo que são as diretrizes dos mais recentes acordos referentes às alterações climáticas a que estamos já sujeitos, vote a seguinte proposta: Propõe o Grupo Municipal do PAN – Pessoas, Animais e Natureza, que sejam tomadas com carácter de urgência as devidas diligências, para que, no sentido de impedir o abate indiscriminado de árvores - ou conjuntos de árvores - independentemente da sua espécie, quer se trate de árvores em terreno público ou em terreno privado, as propostas de execução de abate de árvores, sejam sempre obrigadas a: 1. Proposta devidamente sustentada e elaborada por pelo menos dois técnicos qualificados. 2. Parecer ambiental elaborado por entidade competente. 3. Apresentação, apreciação e votação em Assembleia Municipal. 4. Informação em edital público, afixado também no local do abate, nos casos em que tenha sido aprovada decisão de abate. 5. Quando se trate de 'situação de risco de queda iminente, associado a perigo público', a decisão de abate deverá ser atestada e acompanhada por autoridade competente: Proteção Civil, Bombeiros ou ICNF, sem necessidade dos pontos 1 a 4. 6. Quando se trate de 'exploração florestal com fins comerciais', devem ser aplicados os regulamentos e as leis que regulam a gestão de stocks florestais, sem dispensa de reavaliação dos referidos regulamentos, em função dos fatores ambientais presentes e das diretrizes indicadas nos Tratados Ambientais Internacionais. "A árvore é um ser vivo fixo, que, em proporções comparáveis, ocupa dois ambientes distintos: a atmosfera e o solo. No solo, desenvolvem-se as raízes, que captam água e minerais. Na atmosfera, cresce a copa, que captura dióxido de carbono e energia solar. Devido a essa condição, a árvore desempenha um papel fundamental no equilíbrio ecológico do planeta.' 'Sensível às mudanças do seu meio ambiente, a árvore deve ser respeitada como um ser vivo, não pode ser reduzida a um simples objeto. Ela tem direito ao espaço aéreo e subterrâneo de que precisa para realizar o seu pleno crescimento e atingir as suas dimensões adultas. Nestas condições, a árvore tem direito ao respeito à sua integridade física, seja aérea (ramos, tronco, folhagem), seja subterrânea (rede de raízes). A alteração desses órgãos a enfraquece seriamente, assim como o uso de pesticidas e outras substâncias tóxicas." Artigos 1.º e 2.º da 'Declaração dos Direitos da Árvore' proclamada no Simpósio realizado na Assembleia Nacional Francesa, no dia 5 de abril de 2019."----

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que perante a Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN, não era fácil não votar contra, uma vez que o que consta no documento obrigava à criação de um quadro legislativo para qual os Municípios não têm competências para tal. Referiu que alguns dos considerandos da Moção revelam algum fundamentalismo relativamente a quem tem que exercer os pareceres técnicos. Terminou anunciando o voto contra do Grupo Municipal do PS na Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN.----------

------A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse concordar com alguns dos considerandos constantes na Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN, no entanto a maior parte do proposto não é viável.----------

------O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU estaria

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

na disposição de votar a favor da Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN, desde que o mesmo Grupo Municipal retirasse o Ponto 3 da Moção.----------
------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse considerar o documento apresentado pelo Grupo Municipal PAN de grande importância didática e pedagógica, porém o controlo sobre o abate de árvores pode ser feito de uma maneira mais simplificada do que a mencionada no documento apresentado.----------
------O Sr. Pedro Glória (PAN) informou que o Grupo Municipal PAN estava disponível para retirar o Ponto 3 da Moção. Referiu que existe um organismo que controla o abate de árvores, que é o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Floresta, no entanto o PAN não confia muito no mesmo, dado ser da opinião que o dito não ajuda muito a conservar e por isso a apresentação da presente Moção, a qual reconhece ter algumas situações que possam parecer exageradas, mas o objetivo é mesmo esse, porque chama à atenção de algumas situações verificadas.-
------A Sra. Manuela Goes (BE) saudou o tema da Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN e disse que também tinha algumas dúvidas que ficaram esclarecidas com a retirada do Ponto 3, pelo que anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do BE.----------
------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) relativamente ao Ponto 6 da Moção, disse que quando se trata de exploração florestal com fins comerciais, devem ser reforçadas as fiscalizações, não obstante se deva partir do princípio de que os respetivos regulamentos e as leis não vão ser violados, pelo que sugeriu, como condição para o Grupo Municipal LCF votar a favor, a alteração da redação do ponto para que fosse defendido o pressuposto de que os regulamentos e leis existem para serem cumpridos e não o contrário, como transparece do texto do PAN, dado que o pressuposto negativo de que parte o ponto 6, não está de acordo com o espírito da lei.----------
------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a árvore como ser vivo que é, nasce, cresce, envelhece e morre. Referiu que as árvores que foram abatidas ultimamente na cidade estavam doentes e por isso foram abatidas, mas irão ser substituídas.----------
------O Sr. Pedro Glória (PAN) agradeceu a intervenção da Sra. Presidente da Câmara Municipal e disse concordar com a intervenção do Sr. Fernando Ildefonso. Referiu não ter compreendido o porquê de terem sido abatidas, de uma só vez, cerca de cinquenta árvores na Rua Filarmónica 1.º de Maio.----------
------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que foram abatidas quarenta e nove árvores na Rua Filarmónica 1.º de Maio, mas vão ser plantadas, na mesma zona, cinquenta e uma. Referiu que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN, coloca em causa os técnicos da Câmara Municipal e o ICNF, pelo que não vão votar a favor da Moção.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	2	1	1	**7**
ABSTENÇÕES	0	2	0	0	0	0	0	**2**
VOTOS CONTRA	15	0	0	1	0	0	0	**16**

------**DELIBERAÇÃO N.º 57/AM/2019**:

------**Reprovada**, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal PAN: "De acordo com a 'Global Forest Watch', em comunicado do 'World Resourses Institute', só em 2017 (o pior ano até agora registado) perdemos em árvores, o equivalente a 40 campos de futebol por minuto, ou seja, um total de 15,8 milhões de hectares de árvores. Aprendemos todos em tenra idade, que as árvores são responsáveis pelo oxigénio que respiramos e pela captura do dióxido de carbono que emitimos, constantemente. Parece que alguns de nós vieram a esquecer esta simples lição com muita facilidade. Na nossa cidade temos perdido importantes núcleos arbóreos, como são exemplo a extinta zona verde da Praça Infante D. Henrique; o núcleo de eucaliptos centenários na Torraltinha, junto ao Motel Âncora e Estrada do Porto de Mós; o núcleo de pinheiral na Ameijeira, junto à Rua José Afonso e recentemente uma grande extensão de árvores na Rua Filarmónica 1º de Maio. Segundo declarações da nossa Presidente de Câmara, foram abatidas nesta última operação 49 árvores, e serão repostas futuramente 51 árvores. Isso dá-nos um insignificante saldo positivo de 2 árvores, e um significante saldo negativo de 30 anos de oxigénio, correspondente à idade das árvores agora abatidas. A sustentar este último abate de árvores no nosso concelho, esteve o parecer de 2015, de um ex-técnico camarário agora reformado. O que significa que o parecer de uma única pessoa, baseado numa opinião pessoal e sem qualquer tipo de avaliação de impacto ambiental, tem a capacidade de, pelo menos no nosso concelho, mandar abater indiscriminadamente um número considerável de árvores. Face ao exposto, cabe-nos solicitar a esta assembleia que, em plena consciência daquele que tem sido o contributo negativo do nosso concelho para a triste estatística da perda de árvores no nosso Planeta, e tomando em consideração aquilo que são as diretrizes dos mais recentes acordos referentes às alterações climáticas a que estamos já sujeitos, vote a seguinte proposta: Propõe o Grupo Municipal do PAN – Pessoas, Animais e Natureza, que sejam tomadas com carácter de urgência as devidas diligências, para que, no sentido de impedir o abate indiscriminado de árvores - ou conjuntos de árvores - independentemente da sua espécie, quer se trate de árvores em terreno público ou em terreno privado, as propostas de execução de abate de árvores, sejam sempre obrigadas a: 1. Proposta devidamente sustentada e elaborada por pelo menos dois técnicos qualificados. 2. Parecer ambiental elaborado por entidade competente. 3. Informação em edital público, afixado também no local do abate, nos casos em que tenha sido aprovada decisão de abate. 4. Quando se trate de 'situação de risco de queda iminente, associado a perigo público', a decisão de abate deverá ser atestada e acompanhada por autoridade competente: Proteção Civil, Bombeiros ou ICNF, sem necessidade dos pontos 1 a 3. 5. Quando se trate de 'exploração florestal com fins comerciais', devem ser aplicados os regulamentos e as

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

leis que regulam a gestão de stocks florestais, sem dispensa de reavaliação dos referidos regulamentos, em função dos fatores ambientais presentes e das diretrizes indicadas nos Tratados Ambientais Internacionais. "A árvore é um ser vivo fixo, que, em proporções comparáveis, ocupa dois ambientes distintos: a atmosfera e o solo. No solo, desenvolvem-se as raízes, que captam água e minerais. Na atmosfera, cresce a copa, que captura dióxido de carbono e energia solar. Devido a essa condição, a árvore desempenha um papel fundamental no equilíbrio ecológico do planeta.' 'Sensível às mudanças do seu meio ambiente, a árvore deve ser respeitada como um ser vivo, não pode ser reduzida a um simples objeto. Ela tem direito ao espaço aéreo e subterrâneo de que precisa para realizar o seu pleno crescimento e atingir as suas dimensões adultas. Nestas condições, a árvore tem direito ao respeito à sua integridade física, seja aérea (ramos, tronco, folhagem), seja subterrânea (rede de raízes). A alteração desses órgãos a enfraquece seriamente, assim como o uso de pesticidas e outras substâncias tóxicas." Artigos 1.º e 2.º da 'Declaração dos Direitos da Árvore' proclamada no Simpósio realizado na Assembleia Nacional Francesa, no dia 5 de abril de 2019."."----------

------Declaração de Voto, efetuado pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): "Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Municipal do PAN que eu concordo, integralmente com o preâmbulo desta Moção. O CDS é absolutamente a favor da preservação da floresta, da preservação das árvores. Agora, o que resulta desta Moção em termos de recomendação tem muito pouco a haver com isso e se vai representar esta Moção, como disse, tinha a noção que ia ser chumbada, o CDS, em declaração de voto sugeria-lhe que deixasse cair algumas das propostas que aqui faz, porque é isso que me levou a votar contra, designadamente, não é viável que qualquer abate de árvore, individual, do quintal, independentemente da sua qualificação como espécie mais rara, menos rara, protegida, não protegida, esteja sujeito a um parecer de dois técnicos qualificados, não há técnicos em Portugal que chegassem para isto, imagino que isto era para o território inteiro, não havia técnicos em Portugal que chegassem para isto, e nem sabemos que técnicos é que são, que técnicos qualificados são estes. Um parecer ambiental elaborado por entidade competente, para abater uma árvore? Agora se me disser que vai reformular no sentido que não aquela árvore individual do quintal ou da horta que é substituída por outra árvore, mas, como foi o caso que se passou com aquele abate de conjunto de árvores em zonas qualificadas, em grupos de árvores qualificados, sejam públicos, sejam em terrenos privados. Se vier aqui recomendado que esses abates coletivos em zonas sensíveis de grupo sejam sujeitos a pareceres prévios e à aprovação prévia de uma entidade, isso sim, com certeza e se for por iniciativa da autarquia ultrapassando determinado limite que tenha que ser submetido a uma aprovação, uma deliberação prévia da Assembleia Municipal, porque é do interesse público da população, isso aí votaremos favoravelmente."----------

------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "Nós votamos a favor apesar de considerarmos alguns excessos na parte deliberativa, mas, no entanto, foi importante esta discussão porque também põe em causa o papel da Câmara nesta questão, da Câmara e do técnico responsável, porque o técnico

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

responsável, provavelmente, foi o mesmo que aprovou a colocação daquelas árvores naquele sítio, que as escolheu e que escolheu o tipo de árvores que têm levado a uma série de problemas na cidade, desde as raízes elevadas nos passeios. Para ir à Junta de Freguesia de São Gonçalo tem que reduzir-se a velocidade porque tem uma lomba enorme logo à porta e portanto isso tudo foi feito pelo mesmo técnico, goste a gente ou não goste, tenho todo o respeito pelas pessoas, mas com esta situação também transparece a falta de conhecimento, ou de cuidado como se planta uma árvore sem que as raízes tenham problemas no sentido dos canos do saneamento da água e na elevação dos passeios. E portanto, tudo isto na nossa opinião transparece desta preocupação das árvores, em relação a tudo o que é o espaço urbano e à necessidade de ponderar não só na qualidade das árvores, mas a forma como as árvores são plantadas no nosso Concelho."----------

------Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "Nos últimos meses temos vindo a assistir à rápida mas inexorável deterioração do tabuado da Caravela Boa Esperança que se encontra acostada num pontão junto à entrada da Marina de Lagos na Ribeira de Bensafrim, como aliás se pode comprovar "in loco". Esta embarcação que teve o seu custo suportado em parte pelo Município de Lagos e que na altura orçou em cerca de €375.000,00 é um testemunho da epopeia dos descobrimentos portugueses, uma obra de arte da nossa arte de construção naval e é admirada por milhares de turistas portugueses e estrangeiros que nos visitam anualmente. Infelizmente, devido à inercia das nossas autoridades culturais, este equipamento não é melhor explorado a nível histórico, dando a conhecer, por exemplo através de visitas guiadas permanentes, o que seria a vida a bordo destas embarcações, naquela altura de descoberta de novos mundos. Mas isso não explica a incúria e o desleixo na manutenção a que este equipamento tem sido votado. Provavelmente iremos ouvir a velha história do puxa-empurra de responsabilidades entre diversos organismos proprietários, conversações, diálogos, complicações e outras desculpas convenientes. Com a certeza de que um dia a Caravela Boa Esperança acabará no fundo da Ribeira e aí com custos acrescidos para resolver um problema muito maior. Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem pedir à Câmara Municipal de Lagos que providencie para que o mais rápido possível seja estabelecido um plano de manutenção e reparação da Caravela Boa Esperança, que este seja rapidamente posto em prática, para que esta embarcação volte a ter o aspeto e a segurança condicentes com a dignidade que a sua história representa."----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) perguntou se não era a RTA – Região de Turismo do Algarve, a entidade responsável pela Caravela, porque a ser não fazia sentido fazer chegar este alerta à Câmara Municipal, apesar da mesma poder ser uma via para que tal alerta chegasse à RTA.----------

------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que em primeira instância é a RTA a entidade responsável pela Caravela, no entanto existe um protocolo com a Câmara Municipal. Referiu que a situação de interesse estratégico para o Município ter a Caravela, ou não, em Lagos tinha que ser definido, porque se for, a mesma não pode estar a dar a má imagem que está a passar.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD peca por aquilo que pede. Informou que a propriedade da Caravela Boa Esperança é da RTA que tem a responsabilidade da manutenção, da conservação e do uso ao longo de noventa dias por ano, sendo que a Câmara Municipal usa a mesma no restante tempo e comparticipa a RTA com cinquenta mil euros por ano para a sua conservação e manutenção. Tendo em consideração tudo isto, o Grupo Municipal do PS sugeriu que fosse alterado o texto deliberativo da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, para o seguinte: "Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 29 de abril de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos junto da RTA - Região de Turismo do Algarve, providencie para que o mais rápido possível seja estabelecido um plano de manutenção e reparação da Caravela Boa Esperança e que este seja rapidamente posto em prática, para que esta embarcação volte a ter o aspeto e a segurança condicentes com a dignidade que a sua história representa."----------
------O Sr. Rui Araújo (PSD) informou que o Grupo Municipal do PSD concordava com a sugestão de alteração da parte deliberativa da sua Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS.----------
------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que com a alteração ao documento, proposta pelo Grupo Municipal do PS e aceito pelo Grupo Municipal do PSD, o Grupo Municipal LCF iria votar a favor da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.----------
------Posto isto, passou-se à votação da Moção.----------
------**DELIBERAÇÃO N.º 58/AM/2019**:
------**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: "Nos últimos meses temos vindo a assistir à rápida mas inexorável deterioração do tabuado da Caravela Boa Esperança que se encontra acostada num pontão junto à entrada da Marina de Lagos na Ribeira de Bensafrim, como aliás se pode comprovar "in loco". Esta embarcação que teve o seu custo suportado em parte pelo Município de Lagos e que na altura orçou em cerca de €375.000,00 é um testemunho da epopeia dos descobrimentos portugueses, uma obra de arte da nossa arte de construção naval e é admirada por milhares de turistas portugueses e estrangeiros que nos visitam anualmente. Infelizmente, devido à inércia das nossas autoridades culturais, este equipamento não é melhor explorado a nível histórico, dando a conhecer, por exemplo através de visitas guiadas permanentes, o que seria a vida a bordo destas embarcações, naquela altura de descoberta de novos mundos. Mas isso não explica a incúria e o desleixo na manutenção a que este equipamento tem sido votado. Provavelmente iremos ouvir a velha história do puxa-empurra de responsabilidades entre diversos organismos proprietários, conversações, diálogos, complicações e outras desculpas convenientes. Com a certeza de que um dia a Caravela Boa Esperança acabará no fundo da Ribeira e aí com custos acrescidos para resolver um problema muito maior. Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 29 de abril de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

Lagos que junto da RTA - Região de Turismo do Algarve, providencie para que o mais rápido possível seja estabelecido um plano de manutenção e reparação da Caravela Boa Esperança e que este seja rapidamente posto em prática, para que esta embarcação volte a ter o aspeto e a segurança condicentes com a dignidade que a sua história representa."----------

------**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 56 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 13minutos.----------

------**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 59/AM/2019**:

------**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.----------

------**PONTO 1 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A CONSTRUÇÃO PARA HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS, SITUADO NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma havia sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-616-26.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.----------

------O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), por se considerar impedido, anunciou que não iria participar na apreciação e votação do presente Ponto da Ordem do Dia.----------

------O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) começou por dar os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal por este passo, que apesar não ser o definitivo para a resolução do problema de habitação em Lagos, é um grande passo dado nesse sentido. Anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS relativamente ao proposto pela Câmara Municipal neste Ponto da Ordem do Dia. Referiu que o proposto vai ao encontro de uma promessa eleitoral e há necessidade de habitação em Lagos.----------

------O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que o Grupo Municipal do CDS não se podia deixar de congratular com o assunto trazido à Assembleia Municipal por parte da Câmara Municipal. Perguntou se era possível, ou viável, fazerem as aquisições autonomamente, por forma a agilizar o processo de construção. Para o caso de não ser a situação colocada possível, ou não sendo essa a intenção da Câmara Municipal, qual seriam os prazos para o arranque das obras em si.----------

------O Sr. José Manuel Freire (CDU) anunciou o voto favorável do Grupo Municipal da CDU relativamente ao proposto pela Câmara Municipal neste Ponto da Ordem do Dia. Referiu que esta situação prova a ineficácia do planeamento dos Planos Gerais de Urbanização, do Plano Diretor Municipal, em relação ao guardar

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

terrenos para uso público, ou seja, o que acontece é que não tidas em conta este tipo de situações aquando da elaboração dos Planos referidos, o que faz com que quando existe tal necessidade o Município tem que comprar terrenos para o efeito, sendo esta situação válida para escolas, habitação social, etc.. Disse que se deveria tirar ilações desta situação para o futuro.----------

------O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) elogiou a informação prestada à Assembleia Municipal, por parte da Câmara Municipal, através da documentação enviada. Perguntou se os terrenos em causa tinham sido doados, na década de oitenta, à Cooperativa Chesgal.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Câmara Municipal ia fazer uma escritura única, sendo que na mesma iria ser resolvida a questão da dívida da Cooperativa para com a Câmara Municipal, para que a Câmara Municipal adquirisse os terrenos livres de qualquer ónus e de qualquer encargo. Disse que a ideia era lançar o concurso para empreitada de construção ainda no ano de 2019, para o terreno mais pequeno e para outros pequenos terrenos existentes no Concelho para o efeito. Relativamente aos dois lotes maiores, disse que ainda este ano seria desenvolvido o projeto para os mesmos, prevendo a conclusão do mesmo em 2020. Sobre a ineficácia do planeamento, disse que se está sempre a aprender, pelo que é importante que os Membros da Assembleia Municipal estejam atentos, uma vez que está prevista a revisão de Planos de ordenamento do território e é importante a Câmara Municipal ter bolsas de terrenos onde possa ser feita construção, para dar continuidade ao desafio da falta de habitação. Informou que a determinada altura os terrenos agora em causa tinham sido adquiridos pela própria Cooperativa a particulares.----------

------Posto isto, passou-se à votação da **PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A CONSTRUÇÃO PARA HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS, SITUADO NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS**.----------

------**DELIBERAÇÃO N.º 60/AM/2019:**

------**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a aquisição do prédio misto com a área de 5 560m² (cinco mil quinhentos e sessenta metros quadrados), sito em Pedra Alçada, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Concelho de Lagos, inscrito na matriz rústica sob o Artigo 35, secção Q, e na matriz urbana, sob o n.º 7923, descrito na CRP de Lagos sob o n.º 4778, pelo valor de 670 407,00€ (seiscentos e setenta mil quatrocentos e sete euros), nos termos consignados na alínea i) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 17 de abril de 2019.----------

------Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): "Passava a declaração sobre este assunto, a declaração de voto."----------

------**PONTO 2 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOS:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-616-27.----------
------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.----------
------O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que era com agrado que verificava que as contas do Município de Lagos se iam equilibrando, com uma grande ajuda do IMT, no entanto a despesa vai aumentado, nomeadamente com os encargos com o pessoal, sendo que tem que ser feita uma gestão cuidada dos recursos, para que não se volte a passar por situações pelas quais passou o Município, muito recentemente, pelo que perguntou como seriam equilibradas as contas para o caso de surgir uma nova recessão. Referindo-se ao Plano Plurianual de investimento, disse que a taxa de execução do mesmo, volta a ficar muito abaixo do que estava previsto, uma vez que apenas 24% havia sido executado. Disse que as rúbricas referentes às perdas de água e da requalificação da habitação social, têm valores elevados de saldo, o que significa que não têm sido feitos investimentos, de maior, nestas áreas. Referiu que o valor da Derrama, destinado à requalificação de habitações municipais, é superior ao que está inscrito na rubrica existente para o efeito.----------
------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que para se manter receita proveniente do IMT, a Câmara Municipal precisa de mais cabeças para pensar e de braços para trabalhar, por isso o Município tem estado a contratar pessoal e tem a necessidade de contratar mais, pois a questão da transferência de competências do Estado para as Autarquias, a isso também vai obrigar. Sobre a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, disse que gostaria que a mesma fosse mais alta, mas é a possível.----------
------O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que a execução não pode ser vista apenas na perspetiva do Plano Plurianual de Investimentos, mas sim como um todo. Referiu que se a receita proveniente do IMT está a subir, é indicador que o Concelho é atrativo e por isso as pessoas investem no mesmo. Disse que o futuro está a ser acautelado, por isso alguns investimentos não são feitos no imediato, mas o pessoal e a habitação são prioritários para manter a qualidade dos serviços prestados e para minimizar a carência de habitação no Concelho. Sobre o investimento na habitação disse que apesar da Câmara ter liquidez de tesouraria para suportar o mesmo, está a ser estudado um modelo de financiamento, para que fique acautelada a estabilidade financeira do Município, para o futuro. Referiu que muitos dos investimentos que estão em execução ou que vão iniciar-se em breve de valor maior são financiadas a nível da União Europeia, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio. Disse que as contas são de louvar e lembrou que as mesmas chegaram à atual situação sem aumento dos impostos municipais, por parte da Câmara Municipal, desde 2013, sendo que a tendência tem sido para baixar taxas e impostos municipais. Terminou dizendo que a despesa, apesar da boa situação financeira do Município, tem sido sempre feita com rigor.----------
------O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a recomendação do Revisor Oficial de Contas, sobre o património, deverá ser sempre feita, pois trata-se de uma situação

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

que não tem fim. Relativamente ao investimento, disse concordar tanto com as palavras do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, como com a intervenção feita pelo Grupo Municipal LCF. Sobre os impostos municipais, disse que, na sua opinião, a Câmara foi pouco ambiciosa e deveria ter baixado ainda mais os mesmos, sem comprometer as contas. Disse que as contas apresentam um saldo favorável, e a execução, uma taxa baixa.----------

------Posto isto, passou-se à votação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	1	0	0	1	**17**
ABSTENÇÕES	0	2	3	0	2	1	0	**8**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 61/AM/2019:**

------**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2018, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 17 de abril de 2019.----------

------**PONTO 3 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO CORRENTE ANO:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-616-28.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva apresentação do assunto.----------

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO CORRENTE ANO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	1	0	0	0	**19**
ABSTENÇÕES	0	2	0	0	2	1	1	**6**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 62/AM/2019:**

------**Aprovada**, por maioria, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano, nos termos consignados na alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 17 de abril de 2019.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos

Telef.: 282780078 - Fax: 282762696

E-Mail: geral@am-lagos.com

------**PONTO 4 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-616-29.----------

------A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva apresentação do assunto.----------

------Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA REFERENTE À 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	1	2	1	1	**23**
ABSTENÇÕES	0	2	0	0	0	0	0	**2**
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	**0**

------**DELIBERAÇÃO N.º 63/AM/2019:**

------**Aprovada**, por maioria, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Lagos para o ano de 2019, nos termos consignados da alínea o) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 17 de abril de 2019, a qual consta no seguinte: a) Reforço de postos de trabalho a preencher através de contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado: um Técnico Superior (Arquitetura); um Técnico Superior (Engenharia Civil); um Técnico Superior (Jurista); dois Técnicos Superiores (Gestão); um Técnico Superior (Urbanismo); um Assistente Técnico (Proteção Civil) e dois Assistentes Técnicos (Administrativo); b) Reforço de postos de trabalho a preencher através de contratos de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo: um Técnico Superior (Arquitetura); dois Técnicos Superiores (Engenharia Civil); dois Técnicos Superiores (Jurista); um Técnico Superior (Arquitetura Paisagista) e catorze Assistentes Operacionais (Cantoneiro de Limpeza).----------

------**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.----------

------**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

------**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 30 de abril de 2019, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 5 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 8 minutos, da madrugada do dia 30 de abril de 2019, tendo declarado encerrada esta Reunião.----------

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 – Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com

------Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.----------

.....

.....

_____

Praça Gil Eanes - 8600-668 Lagos
Telef.: 282780078 - Fax: 282762696
E-Mail: geral@am-lagos.com